

O “convívio” em uma “cadeia dimenor”: um olhar sobre as relações entre adolescentes internados

Natasha Elbas Neri

Disciplina e humildade pra somar
Também criatividade pra continuar

Trecho do funk *Disciplina e humildade*, de Mc Mazinho, cantado por um interno

Nós planta humildade pra colher poder
A recompensa vem logo após
Não somos fora da lei, porque a lei quem faz é nós
Nós é o certo pelo certo, não aceita covardia
Não é qualquer um que chega e ganha moral cria
Consideração se tem pra quem age na pureza
Pra quem tá mandado, o papo é reto: bota as peça na mesa

Trecho do funk *R. L. até o fim*, de MC Orelha¹

Introdução

Este artigo² vai debater sobre as relações travadas entre jovens em conflito com a lei internados em duas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE)³, buscando compreender como os adolescentes se veem e se classificam, e identificar categorias centrais utilizadas para descrever a atitude de seus pares. Buscarei analisar as narrativas dos jovens sobre o “coletivo” das unidades, as rivalidades entre grupos inimigos e as posições – não estáticas, mas fluidas – ocupadas por seus integrantes, observando quais processos e comportamentos concedem prestígio

¹ A primeira música foi cantada por um interno que disse pertencer à facção Amigos dos Amigos. Já a segunda é um “proibidão” - música de apologia ao tráfico - do Comando Vermelho, cujo título é uma espécie de grito de guerra de seus integrantes, uma forma de cumplicidade a um dos fundadores da facção, Rogério Lemgruber.

² Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM), Buenos Aires, Argentina, 2009, no GT 21 - Ilegalismos: Sus Objetos, Permanencia y Dispositivos de Control, coordenado por Brígida Renoldi, Antônio Rafael Barbosa e Manuela da Cunha. Agradeço aos comentários e reflexões de todo o grupo, em especial, de Karina Biondi e Adalton Marques.

³ Órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e responsável pela aplicação das medidas de internação e semiliberdade a autores de atos infracionais.

ou “moral”⁴ a alguns, e estigmatizam outros, que são alvos de “zoação”, “esculacho” e de espancamentos.

O objetivo é aproximar-nos da visão dos próprios internos sobre seus semelhantes e entender de que forma são construídas e reproduzidas tais categorizações e *tipos sociais*. Através dessa abordagem, pretende-se fugir de uma tipologia baseada em classificações jurídicas, que costumam descrever estes atores sociais apenas como “traficantes”, “homicidas” ou “assaltantes”, por exemplo, atrelando suas identidades ao ato infracional cometido. Entender as classificações e a produção de diferenças de *status* entre os jovens permite que evitemos classificá-los, acusá-los e julgá-los segundo uma lógica que vincula um crime ou tipo penal às suas subjetividades. Assim sendo, serão expostas as categorias utilizadas pelos adolescentes para demarcar diferentes comportamentos, mentalidades e limites relacionais, buscando explorar as maneiras pelas quais os integrantes da “sociedade dos cativos” (Sykes, 1958) constroem socialmente estas classificações, que podem operar como “rótulos” (Becker, 1977) ou “estigmas” (Goffman, 2003).

Os dados empíricos utilizados neste artigo foram produzidos durante o trabalho de campo de minha dissertação (Neri, 2009), entre junho de 2007 e agosto de 2008, no Educandário Santo Expedito (ESE), em Bangu, e na Escola João Luiz Alves (EJLA), na Ilha do Governador. Os internos de ambos os institutos já haviam tido a medida socioeducativa de internação decretada pelo juiz, podendo permanecer acautelados nas unidades entre seis meses e três anos – prazo máximo previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Na época da pesquisa, havia aproximadamente 150 internos na EJLA, os quais praticaram atos infracionais quando tinham entre 12 e 15 anos ou foram julgados por Comarcas de fora da capital do Estado; e, no ESE, estavam internados cerca de 250 meninos, que cometeram atos infracionais quando tinham 16 ou 17 anos. Foram realizadas observações da rotina dos dois institutos de internação e entrevistas com internos, agentes de disciplina e diretores, além da aplicação de questionários a 105 internos da EJLA.

Limites espaciais e relacionais

Eram por volta das 15h30 em Bangu, o sol ainda forte aquecia a temperatura intramuros no Educandário Santo Expedito naquela tarde de agosto de 2008. Na sala de vídeo e na área perto da biblioteca, cerca de 10 internos recebiam a visita de seus filhos e

⁴ “Ter moral”, para os jovens, é ter prestígio e *status*.

irmãos mais novos, acompanhados de suas mulheres, namoradas ou mães. O clima era amistoso. Nada de briga de facções. Ali havia jovens de todos os grupos inimigos, mas a rivalidade vivida cotidianamente à flor da pele estava em suspensão naquele encontro, em respeito às famílias. Um interno segurava a sua filhinha de um ano pelas mãos, ajudando-a a caminhar, sob o olhar da mãe, que aparentava ter menos de 20 anos. Orgulhoso, vibrava com os passos da filha.

Os dois irmãos mais novos de Luís, 16 anos, internado por roubo, mostravam a ele movimentos que haviam aprendido nas aulas de capoeira, dando piruetas e ficando de cabeça para baixo. Luís assistia, animado, e gingava capoeira com os irmãos. A irmã mais velha, de 15 anos, implicava com Luís, em um misto de saudade e raiva por ele estar longe. Era o primeiro dia em que seus quatro irmãos o visitavam no ESE, depois de quatro meses de internação. A mãe de Luís, uma empregada doméstica paraibana, se emocionava ao ver os filhos brincando com o irmão mais velho. Tentava segurar as lágrimas para que Luís não percebesse a tristeza no fundo de seus olhos.

A alguns metros dali, duas grades de ferro e alguns agentes de disciplina depois, na escola da unidade, dezenas de jovens integrantes do Comando Vermelho terminavam mais uma tarde de aula. Os agentes coordenavam a saída das turmas diretamente para a quadra, cuja porta de trás fica logo em frente à porta da escola. Adolescentes com as mãos para trás, calados, dirigiam-se enfileirados para a quadra, seguindo as ordens dos agentes. Mas nem todos puderam sair da escola e aproveitar alguns minutos de recreio na quadra. Dois internos sempre ficavam por último. Eram os chamados “mancões” (que cometeram mancadas, erros graves, na visão dos internos). Um deles era Leonardo, 18 anos, considerado “X9” (delator). Todos os dias em que eles iam à escola era assim: tinham de esperar todo mundo voltar aos seus alojamentos para depois serem escoltados por agentes de disciplina para o “seguro” (alojamento separado dos demais). Colocá-los na quadra, segundo os agentes, era um risco para a integridade física dos dois.

Naquele momento, pedi aos agentes a permissão para entrar na quadra e conversar com alguns internos, como eu costumava fazer. Da porta de trás da quadra, alguns internos acenaram para mim. Pedido negado. Aquele não era um momento propício para a minha presença. Eles só iriam permanecer ali por mais alguns minutos, até que a visita de filhos e irmãos acabasse na sala de vídeo. Até que todos os familiares saíssem da unidade e os internos visitados voltassem para os seus alojamentos, as portas da quadra tinham que ficar fechadas. Uma questão de controle e segurança. Até porque, na visita das crianças havia adolescentes do Terceiro Comando e do Amigos dos

Amigos, os quais jamais poderiam estar transitando pela unidade no mesmo momento em que aqueles internos que estavam na quadra – do Comando Vermelho. Uma vez, em 2007, foi justamente no momento da volta do colégio e da aula de informática que as facções rivais se encontraram, dando início a uma briga generalizada, que deixou feridos. O jeito foi pedir para os agentes perguntarem aos jovens se havia voluntários para conversarem comigo depois que saíssem da quadra.

Terminada a visita das crianças, os adolescentes que batiam papo e bola na quadra começaram a ser chamados para voltar aos alojamentos. Dessa vez, os agentes gritavam o número dos alojamentos, um de cada vez, mandando-os seguir em fila, sem papo, pela porta da frente da quadra, que fica perto de uma passagem para os alojamentos do Comando Vermelho. “Acabou a festa”, anunciava um agente. Quem saía da quadra falando, logo levava um fora: “Cala a boca se não o seu alojamento vai ficar sem TV”. Agentes de disciplina, um ao lado do outro, ficavam estrategicamente posicionados na parte que dá acesso aos alojamentos das outras facções. E fiscalizavam a postura dos jovens, mandando-os colocarem as mãos para trás. Alguns jovens conhecidos sorriam ou acenavam discretamente para mim, com a mão abaixada. Um dos adolescentes que passaram era ex-interno da EJLA e me cumprimentou. Perguntei o seu número⁵ rapidamente, para conversar com ele depois. Fui então orientada a não ficar muito perto, para não chamar a atenção e também para não ver o que acontecia depois daquela fila: a revista. Antes de entrarem nos alojamentos, os internos tinham que ser revistados na área destinada ao banho-de-sol. Uma praxe a ser cumprida toda vez em que voltam de uma atividade. Só depois de todos os adolescentes que estavam na quadra serem revistados e levados aos alojamentos, é que os dois internos “do seguro”, como são chamados pelos agentes, puderam passar.

Essa sucessão de fatos corriqueiros, em uma tarde de trabalho de campo, no ESE, ilustra diversos aspectos da rotina daquela instituição e das dinâmicas das interações sociais travadas ali dentro. A operacionalização das atividades e dos percursos dos adolescentes pela unidade revela a influência de tensões nas relações entre os adolescentes sobre o cotidiano da instituição. A rivalidade entre facções criminosas e a existência de adolescentes em “seguros” afetam a maneira como as pessoas circulam e se relacionam nas unidades – inclusive a pesquisadora – delimitando e demarcando

⁵ Todos os internos ganham números ao chegarem às unidades, através dos quais são identificados por agentes e funcionários. É comum que estes não saibam os nomes dos jovens, apenas os seus números. Tive de anotar todos os números dos entrevistados para poder solicitar à direção das unidades permissão para conversar com eles novamente.

espaços, limites e perigos. Neste artigo, vou me ater às percepções dos adolescentes sobre seus pares e refletir sobre quais comportamentos, tipos de pessoas e opiniões são bem vistos ou, ao contrário, são reprovados e mal vistos, e como essas relações são absorvidas ao cotidiano da internação.

A questão do pertencimento a facções criminosas salta aos olhos de quem visita esses institutos pela primeira vez e é determinante no dia-a-dia dos adolescentes, influenciando os seus círculos de relacionamentos e podendo gerar brigas ou rebeliões – como já aconteceu no ESE. Nas duas instituições pesquisadas, os jovens ficavam divididos em alojamentos de acordo com as facções a que diziam pertencer, contrariando os critérios de separação determinados no artigo 123 do ECA: “rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração”.

A justificativa da separação por facções, nas palavras dos diretores das unidades, é a segurança dos próprios internos, ou seja, para se evitar brigas e agressões. Segundo os relatos dos jovens, logo que chegam à unidade, funcionários lhes perguntam a qual facção pertencem, para que possam aloca-los no alojamento de tal grupo. Os próprios jovens se recusam a dividir o mesmo alojamento com um “alemão” – alguém pertencente a uma quadrilha rival. Notou-se que mesmo os adolescentes que não trabalham para, nem mantêm relações com quadrilhas de traficantes, acabam optando pela facção que domina o tráfico de drogas perto de onde moram.

Essa noção de pertencimento a facções é fluida e, na visão dos jovens, a adesão prescinde de atuação efetiva nas atividades ilegais relacionadas ao comércio de drogas. Morar em uma área dominada por uma quadrilha pode ser o suficiente para declarar-se integrante deste grupo. Segundo Zaluar, existe nas comunidades e favelas do Rio um “profundo sentido de localidade que parece ser um elemento fundamental na formação das identidades sociais e que aqui aparece ainda mais acentuado pela guerra de quadrilhas” (1994, p. 22). Isso significa que ser “cria” de uma favela, ou seja, ter nascido e sido criado naquele local, pode constituir uma conexão identitária e simbólica desse adolescente com a facção que domina aquele território. A fluidez na ideia de “ser de uma facção” reflete a maleabilidade das alianças que formam as facções. Barbosa destaca o aspecto rizomático desses grupos:

É necessário lembrar que o que denominamos de Comando é na verdade um espaço de negociação permanente, construído a partir das cadeias. Não é possível pensarmos em uma organização com hierarquia rígida, com lideranças *acima* dos donos de morro. Trata-se de grupos que

se apresentam como blocos territoriais, onde não existe uma oposição segmentar que possibilite a articulação de um sistema piramidal (2005, p. 389).

“Na vida do crime”, dizem eles, você acaba tendo de se integrar a uma facção, por mais que não trabalhe para traficantes. Quem não assumir uma facção pode ser visto com desconfiança, e suspeita-se que essa pessoa possa ser “inimiga”, ou “alemão”. É preciso “fechar com alguém”, e “fechar”, no mínimo, é se autodeclarar como integrante de um desses grupos criminosos. O *lôcus* dos internatos pode ser, portanto, um *lôcus* de formação ou fortalecimento de vínculos efetivos e/ou simbólicos com esses comandos ou facções.

Ao se aliarem a uma facção, os adolescentes demarcam os limites de seus relacionamentos e automaticamente classificam os integrantes das facções rivais como “alemães”. Trata-se de uma operação binária, na qual define-se a si mesmo através da oposição ao inimigo. Para Misse, “‘alemão’ é uma identidade coletiva do Outro que colabora na construção de alguma identidade mínima de pertencimento e solidariedade interna” (2006, p. 197). Nas narrativas dos jovens, fala-se do “alemão” em tom de repulsa e ódio. Visto como um “objeto”, o “alemão” deve ser atacado e/ou morto, segundo os jovens, em nome de sua facção.

“Alemão” constitui, portanto, uma categoria central – e talvez a mais utilizada no jargão dos adolescentes – para se entender as lógicas de relacionamentos dos internos. A guerra entre facções travada nas ruas do Rio de Janeiro é experimentada também na internação, assumindo novos contornos e significados, de acordo com o “ritmo”⁶ de cada “cadeia dimenor” – como eles definem as unidades. É preciso ressaltar que os dois institutos diferenciavam-se não só quanto à idade de seus internos, mas em relação às tensões e instabilidades em suas rotinas. Enquanto o ESE era considerado por internos e funcionários como mais “tenso”, “violento”, marcado por mais rebeliões, brigas e conflitos entre adolescentes e funcionários, a João Luiz Alves era vista como a unidade mais “tranquila” do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, onde há anos não aconteciam rebeliões. O trabalho de campo no ESE teve de ser interrompido diversas vezes, pois o clima estava tenso, seja porque havia acontecido uma rebelião ou porque sentia-se a iminência de uma, como na época das festas de fim de ano e do carnaval.

⁶ Marques (2009) também encontrou em São Paulo referência, por parte de seus interlocutores, ao “ritmo” diferenciado de cada cadeia.

No ESE, a separação das facções era mais estrita, pois os jovens de grupos inimigos quase não se cruzavam. Segundo funcionários, havia cerca de 180 jovens do Comando Vermelho e 70 do Terceiro Comando Puro e da Amigos dos Amigos. Os alojamentos das facções minoritárias ficavam distantes dos demais. Durante a pesquisa, de manhã, os integrantes destas facções iam ao colégio (dentro da unidade) enquanto os do Comando Vermelho frequentavam aulas de reforço dadas pelo Sesi e um curso de informática. À tarde, era o inverso. O contato entre os grupos rivais só acontecia em momentos extraordinários, como nas visitas de crianças e namoradas e nas formaturas de cursos ou eventos em que geralmente havia a presença da diretoria-geral do DEGASE. Acompanhei alguns desses momentos de contato, como nas visitas de parentes e na formatura da primeira turma do curso de informática, em 2007, durante a qual praticamente todos os internos do ESE e as jovens da Escola Santos Dumont se reuniram na quadra, com a presença da primeira-dama do governo estadual, sem haver problemas.

Já na EJLA, a convivência entre adolescentes de facções rivais era bem mais amena. Eles ficavam separados em alojamentos de acordo com o pertencimento a esses grupos, e, como no ESE, a maioria deles dizia pertencer ao Comando Vermelho. No entanto, em todas as atividades, esses grupos se misturavam, sem haver agressões constantes. Pelo fato de a convivência com os rivais ser próxima, os internos acabavam se acostumando com isso e percebiam que, caso fossem levar a rivalidade às últimas consequências, teriam de fazê-lo rotineiramente, o que lhes causaria grandes problemas com a diretoria e o juiz. Havia, sim, trocas de insultos e ameaças, mas tudo acontecia primordialmente no plano discursivo. Porém, por mais que frequentassem as atividades juntos, os integrantes de facções inimigas não se misturavam: “Não entro no caminho deles. É só eles não entrar no meu também. Nós só fala com a nossa facção. Nós não fala com eles”, explicou Eric, 17 anos, internado por tráfico. Rogério, também de 17 anos, cumprindo internação por ter cometido um assalto à mão armada, completou: “Se der mole, a porrada come”.

Essa convivência menos conturbada entre rivais na João Luiz Alves – muito mais pacífica em relação às outras unidades do DEGASE – era vista com maus olhos pela maioria dos adolescentes. Tanto no ESE quanto na EJLA, ouvi adolescentes reclamarem que na EJLA tinha muita “vacilação” e “fanfarronagem” (atos malvistas e moralmente condenados por eles). Fábio, 16 anos, internado na EJLA por tráfico, reclamou dessa convivência: “Aqui o negócio é sinistrão. Nós convive com os menor da outra área, com

mancão. Isso prejudica. Joga bola perto, paga o banho perto. No meu convívio, eu não quero isso não. No Padre [Severino] era outra coisa. Aqui é mó fanfarronagem”.

No trabalho de campo, circulava entre os jovens de todas as facções, nos dois internatos. Apesar da minha posição de *outsider* e de a maioria dos jovens compreender a minha postura de neutralidade enquanto pesquisadora, algumas vezes fui indagada se eu conhecia os “alemães” e que tipo de contato eu mantinha com eles – a mesma pergunta era feita por integrantes de facções distintas, o que mostra a relatividade do termo.

Uma conversa com dois jovens do ESE rendeu uma ótima reflexão sobre este conceito e sobre a minha circulação entre os diferentes grupos rivais nas unidades. Estávamos conversando sobre algum tema relacionado à rivalidade entre facções, quando fiz uma pergunta usando o termo “alemão” para me referir ao Comando Vermelho, grupo rival da quadrilha à qual esses jovens disseram pertencer, a Amigos dos Amigos. Quando fiz a pergunta, eles se olharam e cochicharam algo. Depois me olharam rindo, em tom sarcástico. Achei que eles estivessem sendo irônicos, como se não deveriam me falar sobre algum assunto, ou coisa do tipo. Como já havia estado com os dois antes e conhecia um deles razoavelmente, senti-me à vontade para perguntar por que eles estavam rindo. Eles desconversaram e eu insisti. Então o jovem com quem eu tinha mais intimidade, Bruno, de 18 anos, me perguntou, rindo: “Na boa, Dona Natasha, pode falar a verdade. Quando a senhora tá lá com os alemão, a senhora chama a gente de que? Pode falar...”.

Naquele momento, Bruno lançou um olhar bastante antropológico sobre a minha posição no campo de pesquisa e relativizou o uso da categoria “alemão”, a partir da minha circulação por facções tidas como inimigas por eles. Percebi que não tinha como escapar da pergunta. É claro que quando entrevistei jovens de outra facção – o CV, no caso – cheguei a usar o mesmo termo para me referir à quadrilha dos jovens que estavam ali sentados na minha frente. Eu não podia responder negativamente à pergunta de Bruno, pois estaria mentindo, e os jovens não gostam de “papo torto”. Então comecei pedindo a compreensão deles e respondi que sim, que eu já deveria ter feito isso algumas vezes, mas que isso não significava que eu estava assumindo uma posição a favor de nenhum grupo ou indivíduo, pelo contrário. Ao que ele completou: “Tá tranquilo. A gente sabe que a senhora não tem facção”.

O ideal de igualdade do “coletivo”

Logo nas primeiras visitas à Escola João Luiz Alves e ao Educandário Santo Expedito, foi possível perceber a ausência de líderes assumidos pelos jovens ou reconhecidos pelos funcionários do DEGASE. Segundo os depoimentos dos adolescentes, não havia “xerifes” de facções, nem “frentes de cadeia” em nenhuma das unidades de internação de jovens em conflito com a lei no Estado, ao contrário do que acontece em cadeias e penitenciárias para maiores de idade – ou, no linguajar dos adolescentes, em “cadeias dimaior”. Assim, não existiam “representantes” nem “presidentes” que impunham leis e decisões sobre os demais, pois o “coletivo” – termo utilizado para designar o conjunto de internos – era considerado, idealmente, como um todo igual, portador de direitos. Os verdadeiros líderes, de acordo com adolescentes, estavam do lado de fora dos muros do DEGASE, nas favelas da cidade ou presos nas cadeias.

A ideia de horizontalidade e a ausência de hierarquias estabelecidas predominavam no discurso destes jovens – o que não significa que fossem postas em prática o tempo todo. Eles defendiam discursivamente um ideal de igualdade de direitos e ação e a solidariedade entre os internos. Frases como “ninguém é melhor do que ninguém aqui”, “o papo de todo mundo é ouvido” e “geral aqui está na mesma situação” são comumente utilizadas pelos adolescentes para explicitar este ideal e justificar, por exemplo, a inexistência de líderes nas unidades.

Entretanto, a própria noção de “coletivo”, apesar de evocada como sinônimo do total dos internos, é fracionada entre as facções existentes. O “coletivo” geral dos internos divide-se também em coletivos menores das facções. E quando é necessário resolver conflitos, devido à transgressão de alguma regra do “coletivo” (Neri, 2009), “arma-se o coletivo” (convoca-se) da facção para se discutir a questão. Nessas assembleias, ocorrem a acusação pública, a defesa e o julgamento dos “desviantes”, e, segundo os relatos dos adolescentes, todos os presentes têm direito de “mandar o seu papo” – inclusive os acusados.

Internos e funcionários revelaram, entretanto, que, até 2004, havia “representantes” ou líderes da facção denominada Comando Vermelho nas unidades de menores de idade. Naquele ano, por uma determinação do alto escalão da quadrilha, proibiu-se a presença desses “representantes”. Hoje em dia, os jovens internados devem consultar a opinião de líderes externos da facção para tomarem decisões importantes

relativas ao cotidiano intramuros das unidades. Eles precisam, por exemplo, de autorização externa para matar algum interno que desrespeita as leis do “convívio”, o que era desnecessário há alguns anos. A comunicação entre os adolescentes e os ditos “patrões” é feita por cartas, ligações via celular – que entram ilegalmente nas unidades – e informações passadas por familiares, visitas recebidas ou até mesmo agentes de disciplina.

Apesar da inexistência de líderes ou “xerifes” assumidos e da defesa de um discurso de igualdade pelos adolescentes, há, na prática, processos de diferenciação que distribuem prestígio entre os internos, que ficaram evidentes ao se acompanhar a rotina das unidades e conversar com eles. Antes de detalhar como alguns jovens adquirem mais prestígio e *status* do que outros é preciso enfatizar que não há, entre eles, uma hierarquia, com estágios e posições numa escala evolutiva, que pressuponha a passagem por níveis diferenciados de poder e “moral”. Biondi (2010) ressalta a ambiguidade da coexistência de um princípio de igualdade e de práticas políticas entre os presos do PCC:

(...) ter a *Igualdade* como *ideal* no âmbito de um *Comando* instaura uma tensão que infiltra e percorre as capilaridade desta coletividade, implicando formações e dissoluções simultâneas de focos de poder, ao lado de construções e dissoluções simultâneas de hierarquias (Biondi, 2010, p. 108).

A princípio, eu pensava que poderia identificar hierarquias entre os internos do DEGASE, mas, aos poucos, fui percebendo que a própria ideia de hierarquia não se aplica a esta realidade social, a dos cativos do DEGASE, já que não há uma escala vertical de posicionamentos entre eles. Há, na verdade, mecanismos que incidem sobre a distribuição de *status* e prestígio entre os internos. Existem processos de diferenciação que concedem “moral” ou estigmatizam alguns jovens, mas não há posições hierárquicas a serem seguidas em suas trajetórias na internação.

Neste *locus*, não existe, portanto, uma verticalidade de comando como a do tráfico de drogas em comunidades de baixa renda. As relações hierárquicas, nesses internatos, são mais fluidas, e os critérios para essa distribuição de prestígio podem variar e ser suspensos segundo as circunstâncias.

A seguir, serão aprofundadas as particularidades dos sistemas de classificação destes jovens e a maneira como eles avaliam os outros internos. As categorias nativas usadas para descrever comportamentos e mentalidades que serão expostas a seguir

perpassam as diferentes facções, mas é preciso manter em mente a divisão faccional, levando em conta que o “convívio” dos adolescentes estava sempre limitado ao perímetro relacional de sua facção.

A “cadeia” e a “pista” segundo as lógicas do “coletivo”

Além da dicotomia entre a ideia de igualdade do “coletivo” e a divisão faccional dos adolescentes, pude perceber nas duas unidades uma série de nomenclaturas usadas pelos jovens para rotularem, classificarem e até mesmo estigmatizarem os internos de seus respectivos “coletivos”. Sykes atenta para a existência de um vocabulário de gírias que designam as classificações e papéis dos cativos – os “argot roles”. Através desse vocabulário, o autor explica que “the activities of group members (...) have been analyzed, classified, given labels; and these labels supply an evaluation and interpretation of experience as well as set of convenient names” (1958, p. 86).

Os termos “bebel”, “mancão”, “comédia” e “mente” são categorias nativas que identificam os *tipos sociais* de jovens, remetendo a valores compartilhados no universo moral dos internos. Essas classificações não só rotulam e/ou estigmatizam os internos e seus comportamentos, como também influenciam na dinâmica de distribuição dos adolescentes nos alojamentos e nas relações travadas no interior das unidades de internação, tanto entre internos, quanto nas interações com os funcionários. Esses termos não são usados exclusivamente pelos internos, mas também pelos funcionários, que incorporam o linguajar dos jovens no trato com eles.

Neste sentido, há diversos mecanismos possíveis de obtenção de prestígio e “moral” que podem ser ativados pelos internos, mas estes processos são mutáveis, voláteis e não pré-determinados, sendo acionados circunstancialmente e variando de caso para caso. Não existe uma hierarquia pré-estabelecida, que se aplique a todos os jovens de forma igual. Além disso, a posição de *status* não é permanente, podendo ser perdida ou adquirida a partir de uma situação específica. Já os estigmas e classificações negativas, no entanto, dificilmente são superados.

Coelho explica que, no sistema prisional, quando um novo preso chega, os outros fazem um “mapeamento preliminar” de suas características, como local de moradia e crime cometido. Mas, durante os seis primeiros meses de cárcere, segundo Coelho, a

“sociedade dos cativos” observa o indivíduo recém-chegado e classifica-o a partir dos indícios que podem captar em seu comportamento ao longo da rotina na instituição:

O seu comportamento terá sido observado incessantemente, suas reações às inúmeras provocações e situações conflituosas terão sido avaliadas, seus recursos (nível de instrução, habilidades, as pessoas que o visitam, os objetos que recebe destas visitas, as quantias de dinheiro de que dispõe etc.) terão sido cuidadosamente medidos. A “sociedade dos cativos” traduzirá essas inúmeras observações em termos dos seus próprios valores e classificará o indivíduo nas categorias sociais disponíveis (1987, p. 66).

De um modo geral, no DEGASE, a maneira como o interno “tira a cadeia” influencia muito na percepção mútua dos internos. Na visão que os jovens constroem sobre os internos, o comportamento que um adolescente apresenta na unidade parece contar mais do que sua trajetória na “pista” ou na “vida do crime”. Sendo assim, a obtenção de posições de *status* não é baseada em uma escala de atos infracionais cometidos, não havendo crimes que concedam, sozinhos, mais prestígio que outros. Desta forma, quem cometeu um homicídio, não tem, necessariamente, mais “moral” frente a um jovem que praticou um furto; assim como um adolescente envolvido com tráfico de drogas não tem automaticamente mais prestígio ou respeito dos colegas em relação a outro que cometeu um roubo. Até mesmo quem se envolveu em um caso noticiado com destaque na mídia pode não adquirir respeito dos internos.

Segundo um adolescente do ESE: “Aqui tem um montão que rodou no homicídio e não tem moral”. Outro interno da mesma unidade explicou porque um jovem que cometeu três homicídios é respeitado pelos demais: “Ele é bem visto porque é humilde, trata os menor com respeito e não porque matou três”. E, ainda, nas palavras de outro: “Se a pessoa for arrogante, a gente trata na arrogância. Quem é humilde é tratado na humildade”.

Cabe ressaltar, entretanto, que há sim alguns casos em que a vida pregressa do jovem determina sua condição dentro das unidades. Como será explicitado mais adiante, isto acontece em casos em que jovens cometem “mancadas” do lado de fora da cadeia e acabam sendo estigmatizados durante toda sua trajetória pelo DEGASE. Logo que o interno chega a uma unidade, ele é inquirido por integrantes do “coletivo” sobre a sua vida pregressa, mas esses dados não concedem automaticamente ao interno uma posição de *status*. Sua história na “pista” pode, no entanto, determinar sua estigmatização.

Em contraste com o universo dos adolescentes em conflito com a lei, nas prisões, o crime cometido e a “fama” têm um peso maior nessa categorização. Barbosa relatou que, nas cadeias “quando chega um novato, todos os que ali estão procuram saber qual é a “bronca”, o artigo penal que o define: 157, 171, 12. São os números que falam e que, juntamente com a “fama” adquirida nas ruas, irão definir sua posição dentro da cadeia” (2001, p. 172).

O “menor mente”

Em ambas as unidades, percebeu-se a existência de alguns jovens com alto prestígio e com “moral” perante os demais integrantes de sua facção e, inclusive, perante os funcionários das unidades. Nas palavras dos internos, eles são chamados de “menores mente”. Um jovem considerado “menor mente” é visto como alguém que é “humilde”, “tranquilo”, justo e que “fortalece” os companheiros de sua facção, quando eles precisam. Esse “fortalecimento” acontece, por exemplo, quando internos não têm visitas de parentes e recebem artigos como sabonetes e biscoitos de “menores mente”.

Geralmente, estes jovens têm mais tempo de internação que os demais ou têm mais passagens pelo sistema socioeducativo, ou seja, têm mais “experiência” na “vida do crime” e nas punições decorrentes da prática de atos infracionais. Ele conhece, portanto, as “regras da cadeia”⁷ e sabe “passar a visão”⁸ aos seus companheiros. Todavia, não basta ter “mais tempo de cadeia” para ser um “menor mente”. O que conta mais, na percepção dos jovens, é a atitude e a maneira como ele “tira a cadeia”:

O menor pode ser novinho, mas ter mais mente. Ter mente é saber fazer a coisa certa, saber cumprir a medida e tirar a cadeia. Eu tenho mais moral porque eu tenho mais passagens, mais vezes no DEGASE (Carlos, que estava internado há 10 meses no ESE, tinha 11 passagens – sendo esta a sua 3ª internação – e era considerado pelos demais como “menor mente”).

⁷ Em minha dissertação, tratei especificamente deste sistema de regras e punições. Ramalho (2008) chamou essas regras de “leis da massa”, que implicam em um “proceder”. O “menor mente” se aproxima um pouco – ainda que se tratem de contextos distintos – do que Ramalho chamou de “malandro positivo”, aquele que conhece o “proceder” e é bem visto pela “massa” carcerária. Entretanto, há pouquíssimos “menores mente”, enquanto podem haver bem mais “malandros positivos”.

⁸ Biondi revelou que, para os presos do PCC, ter *visão* significava reunir “algumas qualidades: inteligência, perspicácia, bons conhecimentos da vida prisional e do PCC, senso de justiça” (2010, p. 113). Neste sentido, ter *visão* se aproxima à ideia de ser *mente*.

O papo dos menor mais mente é mais compreendido (João Pedro, que era um dos internos mais antigos da EJLA, acautelado há 1 ano e 3 meses, também considerado um “menor mente”).

Eles dão o papo nos menor e eles aceita. O menor mente é mais antigo, tem uma visão mais ampla. Se liga na resposta (descreveu outro adolescente da EJLA).

O menor mente age pelo certo. Dá cigarro, desodorante, pasta de dente pra quem não tem visita (definiu um jovem internado no ESE).

O “menor mente”, segundo os jovens, sabe “mandar um papo do futuro”, que significa fazer planos de parcerias entre os jovens para quando eles saírem da internação, como combinarem de roubar juntos, ou trabalharem na mesma “boca-de-fumo”. Além disso, quando alguém desrespeita as regras impostas pelos jovens e são realizadas assembleias do “coletivo”, o “menor mente” geralmente tem prioridade e expõe sua opinião sobre o caso antes dos outros. O “papo” do “menor mente”, nessas situações, pode acabar orientando os rumos das sanções aplicadas ao transgressor, pois os internos costumam acatar o que ele diz.

O “menor mente” é um ótimo negociador e sabe se expressar bem, convencendo os outros a tomarem decisões importantes lá dentro. Certa vez, conversando com um jovem no ESE, ele me disse que eu tinha “mente”, porque eu sabia “desenrolar” bem e tinha um “papo” que conquistava as pessoas.

É, portanto, o “menor mente” que costuma negociar com agentes de disciplina ou intermediar as relações entre funcionários e internos. Se acontece uma briga em algum alojamento, os agentes costumam consultar esses “menores mente” para saber o que houve, pois sua versão tem credibilidade perante os funcionários e os jovens. Ele tem o poder e o prestígio necessários para apaziguar conflitos; ele tem “mente”. Ele opera como um elo de ligação entre esses dois grupos sociais, aparentemente inimigos e incomunicáveis, mas defende, acima de tudo, os interesses dos internos⁹.

Na EJLA, por exemplo, um dos poucos jovens que tinha bastante prestígio entre os internos, era também respeitado pelos agentes. Respondendo por homicídio, Camilo ficou internado durante 2 anos e 8 meses e ocupou uma função considerada privilegiada tanto pelos jovens quanto pelos funcionários: trabalhava na manutenção da unidade,

⁹ Barbosa (2005) explica que os “frentes de cadeia” fazem essa negociação entre presos e funcionários. No entanto, o “frente”, ao contrário do “mente” do DEGASE, é visto como um líder dos presos.

ficando solto, fora do alojamento, durante quase o dia inteiro¹⁰. O passe livre pela unidade foi concedido pelo diretor do instituto, num voto de confiança a Camilo, por sua “tranquilidade” e “moral” perante os jovens, que o consideravam como um “cara maneiro”, que “não arranja confusão” e cujo “papo” é respeitado. Um dos agentes da EJLA brincou dizendo que “Camilo vigiava os menores e a gente também. Ele sabia de tudo que se passava aqui”.

Camilo revelou a mim que, quando o “clima estava tenso” na unidade, com jovens na iminência de tentar uma rebelião ou fuga, os agentes pediam para que ele tentasse acalmar os ânimos dos internos. Ao mesmo tempo, ele tinha legitimidade para dar conselhos aos adolescentes e repreendê-los quando infringissem as regras dos internos. Camilo não admitiu, em nenhum momento, ser líder, mas apenas ser uma espécie de “negociador” entre essas duas esferas: “Quando acontece alguma coisa de errado, os funcionários vêm logo em cima de mim. Se alguém foge, eles me cobram. Tenho que desenrolar a situação”. Concomitantemente, Camilo revelou que não podia “dar muita confiança” para os funcionários, para não perder a “moral” e nem ser visto como “X9”.

No ESE, um agente de disciplina definiu o “menor mente” como alguém que é respeitado pelos internos, que organiza o grupo e que, quando há uma briga no alojamento, apazigua os ânimos dos envolvidos. Para esse agente, os “menores mente” são um exemplo aos demais e os ajudam a manter a estabilidade da unidade, funcionando como um intermediador. Sendo assim, a posição do “mente” não só é reconhecida pelos internos, como pelos funcionários, apesar de isso não ser uma delegação de poder oficial a esse menino, que não tem os mesmos poderes que um “xerife” ou “representante de cadeia”. Os poderes não são delegados, mas conquistados, através do seu “papo”.

¹⁰ No ESE, não havia jovens que trabalhavam na unidade (“abargados”), pois, segundo agentes, eles eram malvistos pelos internos, considerados “X9”s, e acabavam sendo excluídos do “coletivo” ou agredidos fisicamente. Além disso, como a unidade é considerada a mais “perigosa” do DEGASE, evitava-se que jovens circulassem fora dos alojamentos. Na EJLA, o trabalho fora dos alojamentos, na manutenção, na rouparia e na biblioteca, era fonte de prestígio, e não era considerado como “faxina”. Esta era desempenhada por alguns adolescentes, de modo transitório, a partir da escolha de funcionários, a cada plantão. Já no Instituto Padre Severino, unidade de internação provisória do DEGASE, os adolescentes do “seguro” trabalhavam como “abargados” no refeitório.

Fontes de prestígio

Pude perceber também que, além dos “menores mente”, há outros jovens que obtêm reconhecimento ou prestígio nas unidades, através de diferentes processos de diferenciação. Há quem tenha “moral” porque possui um alto poder de barganha e negociação de artigos trazidos pelas visitas, como biscoito, artigos de higiene pessoal e cigarro. Na “economia delinquente” (Coelho, 1987), esses objetos se transformam em moeda de troca ou em “mercadoria política” (Misse, 1999), gerando dívidas e favores a serem obrigatoriamente pagos e prestados pelos internos.

Diego é um desses jovens que adquiriram “moral” devido às negociações que fazia. Este interno recebia semanalmente visitas, que levavam muitos biscoitos e cigarros para ele. Aqueles que não tinham esses itens, pegavam emprestado com Diego, que costumava cobrar como pagamento a prestação de favores, dobro da quantidade dada ou dinheiro, estabelecendo-se uma verdadeira economia de trocas de objetos e serviços. Na prática, Diego acabava acumulando todos esses itens e ganhando dinheiro com isso, o que lhe concedia poder – mas cabe mencionar que ele também era considerado um jovem “tranquilo”, que não arranjava confusões.

A obtenção de drogas e de aparelhos de celular também é outro mecanismo que coloca os jovens em posição privilegiada. Na EJLA, um interno que recebia e negociava a droga vinda de fora era muito respeitado pelos adolescentes, assim como jovens do ESE que se comunicam por telefone com familiares e “patrões”. Além disso, há jovens que “têm contexto” porque são filhos ou parentes de “donos de favelas” ou até gerentes de bocas e, por isso, gozam de *status* em relação aos demais. Este *status*, no entanto, também depende da forma como ele “tira a cadeia”, pois, se ele não for considerado “humilde”, não será reconhecido como detentor de prestígio.

As demonstrações de coragem e valentia também podem conceder *status* aos internos, mas as provocações e brigas corriqueiras são depreciativas. Ser corajoso e “ter disposição”, na opinião deles, é, por exemplo, tentar fugir da unidade ou agredir fisicamente agentes e integrantes de uma facção rival. Ao descrever as brigas em bailes funk, Cecchetto observou que os jovens que tinham “disposição” e que participavam das brigas de galeras de diferentes favelas sentiam prazer ao bater nos “alemão”. Segundo Cecchetto, “o prazer de ‘destruir o alemão’ é considerado uma manifestação apropriada do etos guerreiro, construído a partir das rixas recíprocas” (2004, p. 133). De acordo com

Zaluar (1994), quando um jovem é desafiado ou humilhado por traficantes rivais, ele se sente obrigado a fazer uso da força e defender o “ethos da honra masculina”.

O “mancão”

Se, por um lado, há mecanismos de obtenção de prestígio, por outro, há jovens estigmatizados como “vacilões” e “mancões”, por terem cometido atos chamados de “mancadas”, dentro ou fora das instituições. Este grupo é mantido separado do coletivo, e dorme em “bois” (banheiros) ou em alojamentos separados, os “seguros”, para que não sejam agredidos ou molestados sexualmente pelos internos. A escolha de mantê-los afastados muitas vezes é feita pelos próprios internos, que não aceitam dividir os alojamentos com “mancões”, pois não querem se misturar a eles, tendo uma visão patológica destes jovens, com quem não se deve relacionar: “Quem se mistura com vacilão é vacilão”, explicou um interno do ESE. Outro adolescente, acautelado na EJLA, enfatizou o caráter desumano dos “mancões”: “Pode ser humano para a senhora, mas para mim é mancão”.

São classificados como “mancões” aqueles chamados de “X9”, ou seja, que delataram alguém, dentro ou fora do internato; quem é bi ou homossexual ou deseja ter relação com outro homem; os processados por estupro; quem roubou ou praticou crimes contra seus próprios familiares, morador de sua comunidade, idoso, criança ou passageiro de ônibus. Esses atos ou comportamentos foram categorizados como “mancadas” pelas quadrilhas que dominam o tráfico de drogas em favelas, constituindo infrações às chamadas “leis” ou “mandamentos” do tráfico, impostas por traficantes em comunidades de baixa renda. Os adolescentes reproduzem no ambiente da internação regras e informações que aprenderam fora dali e perpetuam o estigma de “mancão” adquirido fora da instituição: “Se tu vacilar lá fora, cobra aqui também. Se tu xisnovear, estuprar, mancar, se deu mole, é sem colher [sem colher de chá]”, explicou um interno do ESE. Nesses casos, a “má fama” adquirida na rua condiciona a posição de desprestígio e os leva a ser condenados moralmente e punidos verbal e fisicamente pela “sociedade dos cativos”.

Para os adolescentes, “uma vez mancão, sempre mancão”, e é muito improvável conseguir livrar-se do estigma. O erro cometido ou o comportamento inadequado soa para eles como um pecado, carregado de reprovação moral. Nos casos considerados mais

graves, a morte seria o destino do “mancão”, contam eles. Mas nas unidades do sistema socioeducativo os adolescentes não teriam mais permissão para tirar a vida de ninguém sem “dar um toque para fora” e consultar algum ocupante de cargo mais alto em sua facção. Mesmo assim, as chacotas, zoações e ameaças de morte aos “mancões” eram frequentes nas unidades e, por isso, eles ficavam excluídos do “convívio” das unidades e do “coletivo” das facções a que pertenciam. Barbosa observou que os presos que ficam em “seguros” são “estoques de vidas matáveis” (2005, p. 338). Já Marques (2009) apontou que os presos que ficam em “seguros” nas cadeias de São Paulo são considerados “sem proceder”, em oposição àqueles que possuem “proceder” e podem se manter no “convívio” das unidades.

A possibilidade de um jovem chamado de “mancão” sofrer espancamentos ou abusos pelos demais era sempre iminente, por isso os diretores e agentes das unidades tomavam cuidado para evitar que eles ficassem sozinhos ou muito perto dos demais. No ESE, os três jovens que ficavam no “seguro” não podiam sequer cruzar com os demais internos e eram sempre mantidos em espaços separados, ficando, por isso, impedidos de frequentar as atividades de lazer, como futebol, e cursos oferecidos, como o de informática.

Na lógica das punições aplicadas pelos adolescentes dentro das unidades (Neri, 2009), não haveria, para o “mancão”, a possibilidade de “recuperação”, termo nativo usado para designar a aplicação de uma sanção após um debate entre o coletivo dos adolescentes e a consequente resolução de um conflito. Quem praticou mancada é considerado “irrecuperável”. Assim, as agressões físicas praticadas contra esses indivíduos não visam a “recupera-lo”, mas representam o desprezo dos demais internos e fortalecem o processo de estigmatização.

O jovem Lohan, acusado de ter participado de um latrocínio considerado “cruel”, de uma pessoa tida como indefesa, é um exemplo de interno considerado um “mancão”. Lohan não pôde permanecer internado no ESE, pois era ameaçado de morte pelos internos e corria risco de morte. Por isso, foi transferido para a EJLA, onde dormiu no “seguro” e ficou separado dos outros internos por quatro meses, tendo posteriormente sido transferido para uma unidade que fica fora do Rio. Na EJLA, Lohan dormiu, durante muito tempo, no “boi”, pois não era aceito nos alojamentos pelos internos. Nas entrevistas e questionários feitos com os internos da EJLA, Lohan foi apontado pela maioria absoluta como o jovem mais odiado entre os adolescentes, constituindo um símbolo de um sujeito “amoral”, sem escrúpulos, que merecia ser punido com a morte.

Em uma entrevista individual, Lohan me contou sobre o medo que teve ao peregrinar pelas unidades do DEGASE: “Fiquei escaldado. Me aterrorizaram”. De acordo com Lohan, internos, funcionários e técnicos daquela unidade o avisaram que, se houvesse uma rebelião, ele correria o risco de ser morto por outros jovens. Ao passar por duas unidades de internação provisória, ele teria sido espancado diversas vezes por funcionários, os quais chegaram a ameaçar colocá-lo em um alojamento de internos de uma facção rival, para que ele apanhasse dos mesmos. “Apanhei muito de funcionário. Uma vez, os cara [funcionários] me acordaram me pisando e começaram a me quebrar. Eu não tinha advogado ainda. Minha mãe nem sabia que eu tava lá”, contou. Perguntado se ainda tinha medo de que algo lhe acontecesse, Lohan não titubeou: “Claro que tenho medo de morrer”.

Na rotina das unidades, os “mancões” não se relacionam com os demais internos, ficando excluídos até mesmo de atividades como futebol e cursos. As chacotas, os abusos sexuais e os espancamentos são frequentes. Não é comum um jovem livrar-se do estigma de “mancão” e, na maioria dos casos, ele é discriminado durante toda a sua estadia nas instituições. Leonardo é um caso de interno estigmatizado em todas as unidades pelas quais passou no DEGASE: Padre Severino, João Luiz Alves e Educandário Santo Expedito. Sua fama de “X9” começou no Padre Severino, pois ele foi acusado por companheiros de alojamento de ter delatado internos a agentes. Leonardo nega as acusações, mas teve de ser transferido para o “seguro” daquela unidade de qualquer forma e tornou-se “abargado”, passando a trabalhar com funcionários do Padre, por segurança.

O estigma de “X9” o acompanhou ao ESE, de onde teve de ser transferido para a EJLA, depois de apanhar por três dias. Na EJLA, dormia no “boi” e trabalhava na faxina dos alojamentos. Numa tarde, na EJLA, eu conversava com Leonardo, na sala de espera para o atendimento psicossocial, enquanto outros jovens aguardavam para ser atendidos por suas respectivas técnicas. Um deles interrompeu Leonardo e, em tom agressivo, o acusou de ser “X9”: “Por que que você só fala que os outros são vacilão? Você é que é X9! Você é vacilão! Só sabe falar mal dos menor”. Os outros concordaram e também falaram mal de Leonardo. Depois de ser suspeito de ter participado de uma tentativa de fuga na EJLA, em fevereiro de 2008, Leonardo foi transferido novamente para o ESE. Lá, por não ser aceito pelo “coletivo” e correr o risco de ser espancado, Leonardo fica num alojamento-“seguro”, com jovens considerados “mancões”, como alguns considerados “homossexuais”, e diz receber insultos e ameaças frequentemente:

“Os menor fala que quando estourar a cadeia eles vão me panhar. Não posso ir nem pro banho de sol”.

“Comédia” e “bebel”

Pude observar também outro tipo de classificação utilizada pelos jovens para designar quem se envolve facilmente em confusões, brigas e desrespeita internos ou funcionários. São os chamados “comédias”. Geralmente não são levados a sério e seu “papo” não é ouvido, pois são vistos como baderneiros, que rompem com a tranquilidade dos alojamentos e provocam outros internos, chamando-os para a briga. Deve se atentar para o fato de que, aqui, o envolvimento em brigas não é sinônimo de coragem, nem prestígio, mas de desgaste moral. Na descrição de um interno do ESE, o comédia “tem mente fraca e ronca mas não banca”.

Quando estão em atividades em grupo, os “comédias” são “zoados” sempre que fazem algum comentário. Uma das razões pelas quais eles são desprestigiados e acusados socialmente é que, ao provocarem brigas, chamam a atenção dos funcionários, e a presença destes nos alojamentos não é bem aceita – os adolescentes preferem resolver as coisas sozinhos. Alguns jovens disseram ainda que os “comédias batem a chapa para funcionário”, ou seja, que fazem barulho propositalmente na chapa de ferro dos alojamentos para chamarem funcionários para intervirem nos conflitos, algo lastimável, na opinião da maioria dos internos.

Basicamente, como explicam os internos, os “comédias” querem “tirar uma onda que não podem” e “falam demais”, contrapondo-se ao “menor mente”, tipicamente humilde e respeitoso, segundo eles. Independentemente do crime que cometeu e de sua idade, o “comédia” é visto como imaturo e infantil. Sendo assim, o “comédia” é tido como um jovem que quer aparentar ser “mais bandido” ou “mais experiente” do que os outros, querendo chamar a atenção em público e “gastar”/ “tirar onda”. Na opinião dos internos, quem é mais experiente na “vida do crime” é “tranquilo”, “justo” e não se envolve em confusões. Outro adolescente, internado no ESE, explicou que o “comédia é quem racha a cara, que não aceita o papo reto da tranquilidade, faz o contrário, arranja confusão”.

Por fim, outra categoria classificatória utilizada pelos jovens em conflito com a lei é a de “bebel”, termo referente a internos mais novos ou em sua primeira passagem, considerados inexperientes, seja em relação ao sistema socioeducativo ou à prática de

crimes em geral. Um “bebel” é definido pelos jovens como alguém que ainda desconhece as regras da internação e está “aprendendo como é a vida no crime”. Geralmente, o “bebel” é novo e/ou tem um porte físico pequeno. Bruno, 18 anos, interno do ESE, explicou-me que, por mais novos ou pequenos fisicamente, os adolescentes não são “bebéis” se tiverem “mente de bandido”: “Se o menor tiver mente de bandido não é bebel”. Rafael, 18 anos, completou a explicação de Bruno: “Tem que ter mente criminosa”.

A EJLA é considerada tanto por agentes quanto por adolescentes (das duas unidades) como uma “cadeia de bebel”, pois abriga os internos mais novos do sistema socioeducativo, a partir dos 12 anos, e, além disso, é tida como a unidade mais tranquila do sistema. No polo oposto estaria o ESE, considerado por muitos jovens como uma “cadeia” tal qual a “dimaior”, pois lá a “chapa é quente”, tanto em relação ao “convívio” entre os jovens, quanto às práticas institucionais.

Na divisão de celas, os “bebéis” são postos juntos pela diretoria das unidades. Quanto ao ato infracional cometido por estes adolescentes, eles são variados – incluindo furto, roubo, homicídio e tráfico –, não havendo, assim, nenhum determinismo ligado à natureza do crime. Os “bebéis” geralmente são alvo das implicâncias de “comédias”, mas são protegidos pelos “menores mente” – essa aproximação visa a uma busca de legitimidade e reconhecimento por parte dos “bebéis”. Já o “menor mente” sente uma obrigação moral de ensinar os valores morais da “vida no crime” e da cadeia aos mais novos - como orienta um “mandamento do CV”.

Por vezes, os “bebéis” tentam mostrar valentia e acabam se envolvendo em brigas, depois de serem atizados e desafiados por outros jovens, em sua maioria “comédias”. O envolvimento em brigas é encarado pelos “bebéis” como uma possibilidade de demonstrar sua força e coragem. Todavia, é possível que um “bebel” seja um “comédia” também, dada a fluidez destas categorias.

Quando conheci Paulo, de 14 anos, ele estava internado pela primeira vez na EJLA, por furto, mas já havia cumprido cinco medidas de semiliberdade, por roubo e furto. Alvo constante de piadas e chacotas de outros internos, ele era um dos que eram chamados de “bebéis”. Se envolvia em brigas físicas frequentemente, pois, segundo ele: “Os menor fica me provocando, dizendo que eu tô peidando. (...) Não aturo chamar de bebel não. Tem um lá que adora me ver brigando com os outros. Me xinga e fica querendo me ver brigar”.

Apesar de ter vários “inimigos”, Paulo – que não recebe visitas – contava com o apoio e o “fortalecimento” de um “menor mente” da unidade, que lhe dava biscoitos, cigarros, sabonete, pasta de dente, e, quando deixou a unidade, lhe presenteou com sua televisão. É comum haver casos como esse, em que um “menor mente” protege um “bebel” ajudando-o e defendendo-o até mesmo de provocações.

Considerações finais

A partir dos discursos dos internos, foram explicitadas as principais categorias utilizadas pelos jovens para classificar os internos das unidades, compreendendo-se como se constrói a rivalidade entre “alemães” e quais atitudes são bem vistas ou condenadas moralmente pelos jovens. As classificações exploradas nesse artigo não esgotam as possibilidades de análises das relações entre os adolescentes, mas são fruto do acesso que se conseguiu ao universo moral dos internos, através das relações estabelecidas entre a pesquisadora e seus nativos.

Foi observado também que não há uma hierarquia fixa e pré-estabelecida entre os jovens, e que as categorias e os mecanismos classificatórios são, em geral, fluidos, com exceção daqueles que rotulam os inimigos como “alemães” e estigmatizam os desviantes como “mancões”. No cotidiano da internação, os jovens em conflito com a lei vivenciam processos de diferenciação, construídos a partir de um universo moral e simbólico compartilhado.

Ao contrário do que se poderia supor, os atos infracionais cometidos pelos jovens não determinam as posições de prestígio obtidas por eles ao longo da internação. O que conta mais, na visão dos adolescentes, é o modo como um interno “tira a cadeia” e se relaciona com os demais jovens e com os agentes de disciplina. Por outro lado, quem cometeu uma “mancada”, seja ela fora ou dentro da unidade, é estigmatizado, segregado e condenado a espancamentos e maus-tratos pelos jovens. E a demarcação entre quem é amigo ou “alemão” é um pressuposto delimitador para as relações entre os internos, herança da guerra entre facções que tomou conta das ruas do Rio de Janeiro.

Ser justo e defender valores morais como a “humildade” e a “tranquilidade” são características comuns aos jovens mais admirados pelos internos, chamados de “mente”. O “mente” não é um líder, mas costuma ser um bom negociador e ajudar a quem precisa, como um interno que não tem visitas e precisa de objetos de higiene pessoal. A

provocação de brigas tolas pode levar um jovem a ser considerado “comédia”, o que denigre a sua imagem. Já o jovem inexperiente na “vida do crime” e na cadeia é chamado de “bebel”, que costuma ser protegido e ajudado por um “mente”. Ao longo da internação, o “bebel” adquire conhecimento sobre as regras da “cadeia” e do “crime”, podendo fortalecer, assim, seus vínculos com outros jovens e com o universo simbólico da “vida do crime”.

Por conseguinte, o entendimento das categorias classificatórias utilizadas pelos jovens em conflito com a lei nos ajuda a compreender melhor o universo moral destes adolescentes, evitando que se mantenha uma abordagem acusatória em relação a eles. Essas classificações mútuas e o aprendizado envolvido nessas relações de prestígio constroem as subjetividades destes jovens em conflito com a lei e marcam suas trajetórias pelo sistema socioeducativo. A passagem por uma unidade de internação é, portanto, uma das etapas integrantes da “vida no crime” e, neste período, acumula-se uma bagagem simbólica e identitária, que contribui para a construção social do “dimenor”.

Natasha Elbas Neri
Doutorado em andamento, PPGSA-UFRJ
Pesquisadora do NECVU-UFRJ

Resumo: Este artigo analisa as relações entre os jovens em conflito com a lei internados em duas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro, abordando-se as rivalidades, a distribuição de prestígio e a existência de estigmas e rótulos entre os internos. A partir de observação participante e entrevistas, foi possível analisar como os adolescentes se veem e se classificam. Observou-se que, ao mesmo tempo em que os jovens nutrem um ideal de igualdade de direitos do “coletivo” de internos, há a presença de rivalidades e de uma série de classificações que incidem sobre os internos e seus comportamentos, concedendo prestígio ou “moral” a alguns, e estigmatizando outros, que são alvo de “zoação”, “esculacho” e de espancamentos. Assim sendo, serão expostas as categorias utilizadas pelos adolescentes para demarcar essas diferenças entre seus pares e a maneira como essas relações influenciam o cotidiano das unidades. Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei, internação, medida socioeducativa.

Abstract: This article analyzes the relationships between juvenile offenders in two detention centers in the city of Rio de Janeiro, taking into account their rivalries, their distribution of prestige, and the existence of stigma and labels between them. Through participant observation and interviews, it's been possible to debate how those adolescents see and classify each other. At the same time that young offenders share an egalitarian principle in the inmates collectivity, detainees develop rivalries and classifications over individuals and behaviors, granting prestige and status to some, and stigmatizing others, who are constantly mocked, demoralized and physically punished. The paper will present the categories used amongst juveniles to mark differences between their peers and how the relationships they establish influence the detention centers' routines. Keywords: juvenile delinquents, youth incarceration, juvenile justice.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Antonio Rafael. As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre - RS, v. 1, n. 2, p. 165-180, 2001.
- _____. *Prender e dar fuga: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. 225 p.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. 245 p.
- CECCHETO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 248 p.
- COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo: crise e conflito no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. 173 p.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2003. 158 p.
- _____. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2007. 312 p.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2009.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 300 p.
- _____. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: PAIVA, Vanilda; SENTO SÉ, João T. (Orgs.). *Juventude em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 191-200.
- NERI, Natasha Elbas. “*Tirando a cadeia dimenor*”: a experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Edição on-line. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 166 p.
- SYKES, Gresham. *The society of captives: a study of a maximum security prison*. New Jersey: Princeton University Press, 1958. 144 p.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ Editora, 1994. 278 p.

Recebido em: 02/09/2011

Aceito para publicação em: 02/09/2011